

**ALIMENTAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:
MODERNIZAÇÃO COMO ASPECTO QUE ANTECEDE UM MUNDO NÃO TÃO
NOVO DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19**

**FOOD IN TIMES OF PANDEMIC:
MODERNIZATION AS AN ASPECT THAT PRECEDES A NOT-SO-NEW WORLD
IN FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC**

**COMIDA EN TIEMPOS DE PANDEMIA:
LA MODERNIZACIÓN COMO UN ASPECTO QUE PRECEDE A UN MUNDO NO
TAN NUEVO FRENTE A LA PANDEMIA DE COVID-19**

Caio César Alencar de Sena¹

Doutorando de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA,
Universidade Federal de Goiás - UFG
caiosenageo@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o processo de modernização da agricultura goiana, os principais investimentos nesse setor e, por fim, verifica como os caminhos trilhados anteriormente pode ter relação com os hábitos alimentares durante a pandemia do COVID-19 na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), levando em consideração a população com diferentes realidades de renda e vulnerabilidade social. O aspecto renda é utilizado como ponto de apoio e argumentação acerca do impacto do isolamento domiciliar e da pandemia em curso. Objetivo principal é analisar a modernização e os investimentos em agricultura em Goiás, mostrando que existe uma tendência de manutenção de hábitos em cada classe social, onde quem possui mais poder aquisitivo se alimenta melhor e quem possui menos poder aquisitivo pior. Algo que parece óbvio é necessário de ser destacado como uma forma de rivalizar com alguns discursos projetados neste momento que buscam afirmar que a pandemia ou as crises econômicas e sociais graves colocam todos “no mesmo barco”. A metodologia proposta envolve revisão teórica de estudos sobre geografia da alimentação, estruturação e aplicação de questionários contemplando todos os 21 municípios da Região Metropolitana de Goiânia (RMG); além de pesquisa e estruturação de dados em bases secundárias, sendo as mais relevantes as Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO) e o Instituto Mauro Borges (IMB). Os resultados apresentados demonstram que a pandemia não alterou significativamente a estrutura social em curso no quesito hábitos alimentares, o fator renda dita a qualidade dos alimentos também neste período, apenas deixando em maior evidência as desigualdades. Observou-se ainda que os momentos de crise são importantes para se repensar modelos e sistemas alimentares tendo como objetivo a soberania alimentar.

Palavras-chave: soberania alimentar, pandemia do covid-19, Região Metropolitana de Goiânia, renda, vulnerabilidade social

Abstract: This article analyzes the process of modernization of agriculture in Goiás, the main investments in this sector and, finally, verifies how the paths trodden previously could be related to eating habits during the COVID-19 pandemic in the Metropolitan Region of Goiânia (RMG), taking into account the population with different realities of income and social vulnerability. The income aspect is used as a point of support and argument about the impact of home isolation and the ongoing pandemic. The main objective is to analyze the modernization and investments in agriculture in Goiás, showing that there is a tendency to maintain habits in each social class, where those who have more purchasing power eat better and those who have less purchasing power worse. Something that seems obvious but needs to be highlighted as a way to rival with some discourses projected at this time that seek to affirm that the pandemic or the serious economic and social crises put everyone "in the same boat". The proposed methodology involves theoretical review of studies on food geography, structuring and application of

¹ Professor, Doutorando e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) junto ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Licenciado e Bacharel em Geografia pela mesma universidade com um ano de intercâmbio na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (KU).

questionnaires covering all 21 cities in RMG; in addition to research and structuring of data on secondary databases, the most relevant being the Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO) and Instituto Mauro Borges (IMB). The results presented show that the pandemic did not significantly change the social structure underway in terms of eating habits, the income factor dictates the quality of food also in this period, only making the unequal ones more evident. It was also observed that moments of crisis are important to rethink food models and systems with the objective of food sovereignty.

Key-words: food sovereignty, covid-19 pandemic, Região Metropolitana de Goiânia, income, social vulnerability

Resumen: Este artículo analiza el proceso de modernización de la agricultura en Goiás, las principales inversiones en este sector y, finalmente, verifica cómo los caminos transitados anteriormente pueden estar relacionados con los hábitos alimenticios durante la pandemia de COVID-19 en la Región Metropolitana de Goiânia (RMG), teniendo en cuenta la población con diferentes realidades de ingresos y vulnerabilidad social. El aspecto de los ingresos se utiliza como punto de apoyo y argumento sobre el impacto del aislamiento del hogar y la pandemia en curso. El objetivo principal es analizar la modernización y las inversiones en agricultura en Goiás, demostrando que existe una tendencia a mantener hábitos en cada clase social, donde los que tienen más poder adquisitivo comen mejor y los que tienen menos poder adquisitivo empeoran. Algo que parece obvio debe destacarse como una forma de rivalizar con algunos discursos proyectados en este momento que buscan afirmar que la pandemia o las graves crisis económicas y sociales ponen a todos "en el mismo bote". La metodología propuesta implica la revisión teórica de estudios sobre geografía de alimentos, estructuración y aplicación de cuestionarios que cubren los 21 municipios de la RMG; Además de la investigación y estructuración de datos en bases de datos secundarias, los más relevantes son los Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO) y el Instituto Mauro Borges (IMB). Los resultados presentados muestran que la pandemia no cambió significativamente la estructura social en curso en términos de hábitos alimenticios, el factor ingreso determina la calidad de los alimentos también en este período, solo haciendo que los desiguales sean más evidentes. También se observó que los momentos de crisis son importantes para repensar los modelos y sistemas alimentarios con el objetivo de la soberanía alimentaria.

Palabras-clave: soberanía alimentaria, pandemia de covid-19, Región Metropolitana de Goiânia, ingresos, vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

A pandemia de COVID-19 ainda está em curso e tem promovido mudanças significativas nos modos de vida em diferentes partes do mundo – não apenas por conta da quantidade de pessoas infectadas, mas por que os espaços e as estruturas para enfrentar essa crise, são bastante diferentes em países com diferentes níveis e formas de desenvolvimento. Por se tratar de uma pandemia ainda em curso, é sabido que seus efeitos e impactos – sociais, econômicos, culturais dentre outros, ainda não podem ser totalmente mensurados. Apesar disso, muitos da realidade objetiva já foi alterada e, diferentes áreas do conhecimento estão unindo esforços para compreender, analisar e agir – seja na realidade que já foi apresentada, mas, também, no que pode ser os cenários pós-pandemia.

Como o desafio é pensar nos efeitos da COVID-19, a partir de uma leitura geográfica e, portanto, considerando as diferentes territorialidades e realidades sociais

como elementos importantes, dialogaremos com alguns trabalhos já produzidos, tais como Arrais *et al* (2020) que analisou os celeiros da pobreza urbana em metrópoles brasileiras, verificando justamente como a pandemia impacta de forma mais contundente os mais vulneráveis, ao estudarem a suplementação de renda como um elemento necessário para garantir a subsistência das famílias e facilitar as políticas de isolamento social e domiciliar.

Acerca dos efeitos do vírus e do modelo econômico neoliberal, Bernardes *et al* (2020) promoveram uma importante reflexão levando em consideração a geografia do vírus causador da pandemia, ancorada em análises acerca das consequências das desigualdades territoriais na forma como o vírus chega ao Brasil, levando em consideração tanto o contexto político atual quanto a necessidade de luta pela vida.

Concordamos com os autores e acrescentamos que ao contrário do que é propagado por modelos neoliberais embasados em livre concorrência (ou livre disputa); a pandemia deixou um pouco mais claro que os suportes relevantes aos mais vulneráveis não veio, inicialmente, de empresas ou do setor privado, mas sim de um auxílio emergencial denominado “Corona Voucher”, aprovado pelo Estado; cabe lembrar que a aprovação foi posterior ao mesmo Estado ter “socorrido” bancos, adiamento de dívidas de companhias aéreas e outros pilares da economia, sobretudo as que mais influenciam cenários governamentais ou que possuem maior trânsito e influência em “bancadas” e grupos de articulação política.

Cabe ressaltar, ainda, que o auxílio aprovado foi alvo de intensos debates e disputas acerca do valor a ser repassado aos mais vulneráveis economicamente durante a pandemia, uma vez que partiu da proposta de R\$ 200 duzentos reais, mas alcançou o valor de R\$600 seiscentos reais, após argumentação e uma proposta vinda da oposição à equipe econômica do atual governo brasileiro. Diante dessa realidade em disputa e do agravamento das questões sociais em tempos pandêmicos, Bernardes *et al* (2020) afirmam ainda que parte considerável da ajuda nesse momento de crise, veio justamente da ajuda mútua entre as pessoas.

É importante também o diálogo com Castilho (2020), que destacou o “DNA da globalização” do vírus que promoveu a COVID-19, ao sobrepor o mapa de fluxos aéreos mundial com o padrão inicial de contaminação do vírus, demonstrando bastante similaridade e justaposição. A partir dos mapas e de uma leitura crítica da sociedade

moderna, foi possível destacar que apesar das conexões terem sido um fator inicial para o alastramento da pandemia, os efeitos perversos de quando o vírus se materializa, é visto principalmente na população mais pobre. Na análise citada, o autor destaca que as duas primeiras mortes registradas no Brasil foram de um porteiro de condomínio de luxo e de uma empregada doméstica e afirma que esses exemplos demonstram que a proliferação do vírus também traduz um conflito de classe.

Diante desses diálogos iniciais, a partir das reflexões na Geografia, gostaríamos de acrescentar e contribuir com o debate social em tempos de pandemia analisando como essa diferença de classes, de níveis de escolarização e de renda, impactam diretamente no que se torna o isolamento domiciliar dos que possuem recursos e dinheiro e dos que estão em vulnerabilidade social.

Analisa-se inicialmente os caminhos de modernização territorial, seguidos pelo crescente investimento em agricultura, porém, um investimento localizado e que, nem sempre auxilia na construção de uma soberania alimentar. Por fim, o artigo apresenta dados sobre hábitos alimentares durante a pandemia do COVID19 em diferentes realidades sociais e renda com o objetivo de demonstrar como cada grupo social lida com o fator “tempo” diante da pandemia.

Por conta da abrangência espacial da pesquisa proposta (21 municípios) e por conta das condições de isolamento impostas pelo vírus, optou-se pela aplicação de questionários digitais (Google Forms) – onde foi possível alcançar pessoas de diferentes localidades e realidades sociais – as pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram apoio de algumas assistentes sociais de municípios da região metropolitana para preencher o questionário, pois em alguns casos essas pessoas não possuíam internet; e ainda uma complementação com dados secundários das Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO) e do Instituto Mauro Borges (IMB), para preencher possíveis lacunas não abrangidas no questionário direto.

Ainda com relação a metodologia, foram feitas ainda revisões bibliográficas e teóricas do tema proposto para investigação, sistematização e organização dos dados coletados em entrevistas e questionários on-line em forma de tabelas e gráficos afim de promover uma melhor visualização de resultados.

MUITO ANTES DO COVID-19: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E IMPASSES NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A questão do abastecimento e acesso aos alimentos, sobretudo alimentos de qualidade e na quantidade necessária é um tema central para diversas áreas do conhecimento. Em tempos de pandemia, uma das primeiras cenas que trouxeram “choque” para pessoas em diferentes partes do mundo foram as filas em supermercados ou prateleiras vazias. Apesar dessa realidade não ter se instalado na Região Metropolitana de Goiânia por muitos dias, mas sim num primeiro momento de impacto social, a pergunta: temos realmente suficiente para todos e por quanto tempo?

Questões como essa nos faz refletir sobre o tipo de agricultura cultivados em nossas proximidades e, buscar averiguar se o alimento que produzimos vem de longe ou de perto de onde estamos, pois o elemento distância se torna um elemento importante para o acesso.

Adiantamos que essa pesquisa não trata da escassez de alimentos durante a pandemia (pois até meados de junho de 2020, quando esse artigo estava sendo escrito, não era isso que se observava), apesar de notarmos o aumento nos preços de alguns produtos (o que foi inclusive escrito no questionário on-line), os supermercados se mantiveram abastecidos.

O que queremos evidenciar, portanto, é que o tipo de modernização territorial que direciona o a forma como os alimentos são produzidos em Goiás e, mais importante do que isso, o fator renda e classe social, são fundamentais para a interpretação das diferentes realidades observadas durante a pandemia do COVID-19: por um lado algumas pessoas passaram a comer melhor; outras passaram a depender de auxílios ou doações para manter o mínimo de alimentos em suas casas.

Como adiantamos, parte dessas dos problemas sociais que apareceram ou se tornaram mais evidentes com o surgimento da pandemia do COVID-19 possuem raiz relacionada com a forma como o Estado (por meio de políticas públicas, incentivos e isenções fiscais) e as corporações e indústrias alimentícias (por meio da produção) atuam no território. É visível e didático o exercício de perceber como os grandes produtores, que muitas vezes vislumbram a exportação, possuem maior respaldo técnico e financeiro do que os pequenos grupos que produzem para a mesa.

Considerando isso, faremos uma breve análise da modernização no campo colocando algumas questões para refletir, considerando a realidade histórica (inclusive pré-pandemia) e, posteriormente, faremos uma análise de como tem sido o comportamento de consumidores de diferentes realidades sociais e econômicas durante a pandemia do COVID19.

A modernização da agricultura, principalmente a partir da década de 1970, e a expansão e consolidação de fronteiras agrícolas em áreas de Cerrado, têm causado perturbações e suscitado discussões sobre o tipo de investimentos realizados e seus respectivos retornos enquanto abastecimento e significados enquanto culturas alimentares para o povo goiano. Esse tipo de discussão, tende a ganhar maior evidência ou ficar mais acalorada em momentos de conflito ou estado de alerta, como foi a Greve dos Caminhoneiros de 2018, que chegou a interromper o abastecimento de alguns produtos alimentícios em alguns supermercados, sobretudo em grandes cidades do estado, como na capital Goiânia.

Para exemplificar o que foi citado – com relação aos investimentos em agricultura em Goiás, apresentaremos alguns dados extraídos de plataformas oficiais de gestão e planejamento, tendo como referência o período de quase duas décadas, entre 2000 e 2018, demonstrando como nesse período o valor investido aumenta significativamente (IMB, 2019).

Os dados de investimento, quando comparados com o padrão de modernização territorial e agroindustrial em Goiás, parece contraditório quando se percebe que o aumento na produção teve como foco os “alimentos *commodities*”, voltados para exportação.

Nesse sentido, Harvey (2011, p. 198), defende que “o sistema de crédito tornou-se, no entanto, a grande alavanca moderna para a extração de riqueza pelo capital financeiro da população”, comparando o caso dos investimentos em agricultura em Goiás, com amparo de financiamento de dinheiro público com outros casos no Brasil ou ao redor do mundo, percebe-se que o *modus operandi* não se trata de uma exceção, mas sim uma regra de aparelhamento político estratégico de facetas do estado, inclusive como uma forma de se atingir a acumulação por espoliação, explicada pelo mesmo autor em outra obra (2005).

Isso acaba sendo uma oportunidade para repensar as contradições em termos de produção, consumo e a própria logística de distribuição dos alimentos em Goiás. Se as políticas públicas, parte considerável do território e dos investimentos público-privados se voltam a construção de um estado do agronegócio, como ficará o abastecimento dos grandes centros urbanos? Como relacionar a importância econômica e política desse setor com as demandas dos pequenos produtores e com o abastecimento de alimentos, sobretudo em tempos de crises, manifestações ou greves?

Parte dessas questões foram importantes para a seleção fontes de dados que pautaram e que foram utilizadas neste artigo e que serão apresentados a seguir junto com explicações metodológicas. Além de embasas alguns pontos de partidas ou temas que julgamos importantes de serem refletidos, as questões levantam também problemas e elementos ainda não solucionados em grande parte do mundo, não diferente em Goiás. Nota-se que diversas revoluções técnicas e científicas já foram disponibilizadas e experimentadas em diversos territórios, mas a fome continua sendo um problema não solucionado e as cidades e metrópoles brasileiras caminham para uma lógica e cultura alimentar que atenua a dificuldades em aproximar produtores de consumidores de alimentos.

Muito desse afastamento entre produção e consumo se deve aos circuitos espaciais, tal conceito, circuito espacial da produção, já foi apresentado por (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001) e ganharam novos contornos com a discussão sobre a estrutura do agronegócio brasileiro destacada por Castillo (2010), que discorre acerca da dimensão geográfica dos circuitos de produtos, e alerta sobre os problemas nessa logística: “os territórios, entendidos como totalidade, são, do ponto de vista dos capitais mais modernos, irracionais, uma vez que resultam da interação entre muitos agentes e do confronto entre diversos interesses”. Adiante o autor explica que essa irracionalidade não é ocasional, mas sim construída para atender a interesses específicos.

Após reflexões iniciais, colocaremos algumas questões visando compreender como a modernização, conceito bastante discutido por Castilho (2017), junto as redes técnicas que as constituem, tem alterado a forma de produção e consumo de alimentos – com a análise dos investimentos em agricultura em Goiás de 2000 a 2017. E como essa análise, comparando com o as tendências mais recentes da globalização tem dificuldade a população em estabelecer vínculos mais próximos entre produtores e consumidores de

alimentos. Esse afastamento tem dificultado a efetivação de processos mais firmes e direcionados para uma soberania alimentar em Goiás.

MAIS INVESTIMENTOS, MENOS SOBERANIA: ALIMENTAÇÃO EM GOIÁS

Neste tópico pretendemos analisar dois dados e duas fontes: a primeira trata-se dos investimentos e financiamentos à agricultura em Goiás, disponibilizados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2019), em uma série histórica que vai de 2000 a 2017. Posteriormente, apresentaremos uma tabela que mostra as quantidades de abastecimentos comercializadas pelas Centrais de Abastecimento de Goiás - CEASA (GO), no mesmo intervalo de tempo, ela apresenta a quantidade em toneladas das distribuições de alimentos e a porcentagem do que é produzido em Goiás, dentro da mesma série histórica, 2000 a 2017.

Como já justificado anteriormente, mesmo sabendo que mudanças técnicas profundas na modernização territorial ocorreram principalmente a partir de 1970 em Goiás, nota-se que os investimentos mais recentes no agronegócio são bastante expressivos (em termos de valores) e representativos da força política de Goiás junto ao cenário nacional, que tem favorecido o financiamento de parte das produções, sobretudo de grandes produtores voltados à exportação, com recursos de bancos ou linhas de créditos com dinheiro público.

O fato de trabalhar com os últimos dados disponibilizados pelo IMB e pela CEASA (GO), permite ainda um cruzamento de informações capaz de demonstrar que a modernização ou a ampliação de investimentos não necessariamente significou passos com relação a diminuição da dependência de Goiás de outros estados ou países. Os dados mais atuais também são importantes para um diálogo os efeitos da globalização na construção de hábitos e como isso pode estar relacionado a dificuldade em se construir e se efetivar uma soberania alimentar.

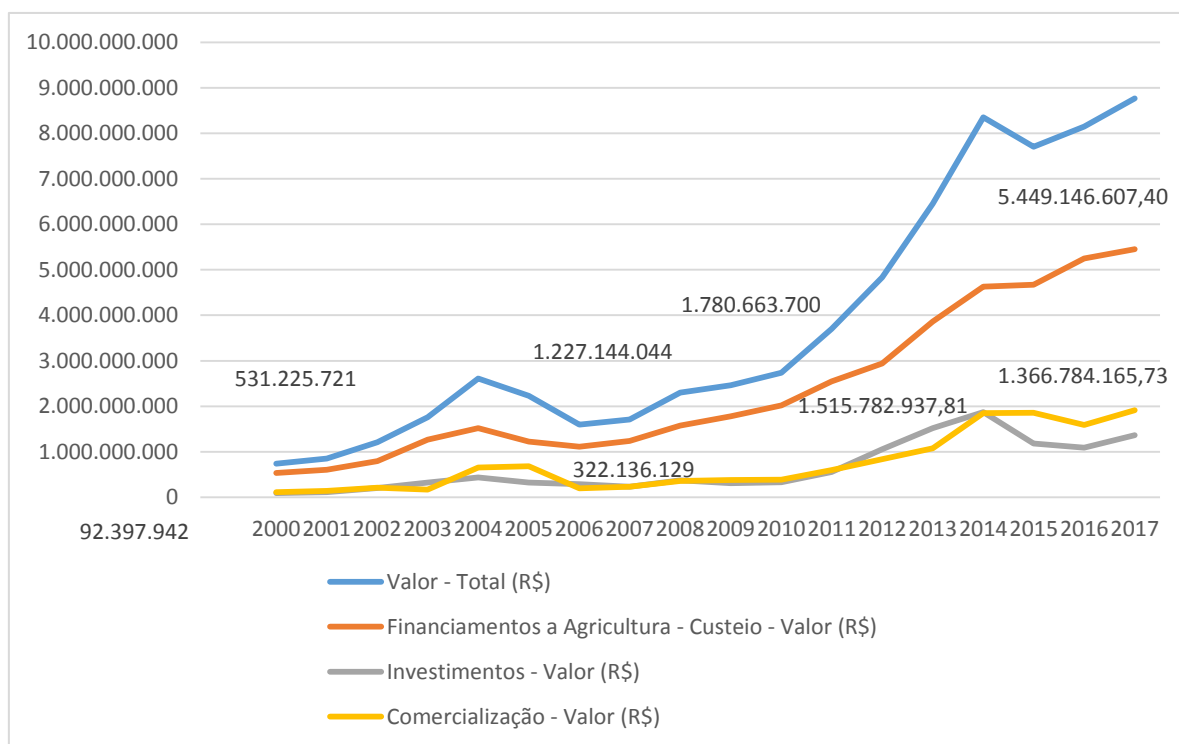
O aspecto do impacto midiático nas dietas pode somar a importantes debates já travados acerca das lutas no campo, da ampliação irresponsável do uso de agrotóxicos e das desigualdades de investimentos entre grandes e pequenos produtores. Pois se parte considerável do território goiano tem sido utilizado para a produção de grãos, carne,

leite e produtos alimentícios para exportação, outros lugares estão produzindo parte importante do que o povo goiano consome.

Destaca-se que o que está em pauta não é apenas alimentos da dieta básica, hortaliças e afins, mas também a implantação, com apoio de recursos midiáticos e publicitários, de hábitos alimentares dialogados com a lógica do *fast food* e comidas industrializadas, cujo consumo se expande na população de diferentes faixas etárias e poderes aquisitivos. A interpretação desses dados precisa, necessariamente, ir além da relação entre produção e consumo local e regional.

A pandemia do COVID-19 apenas revela essa estrutura que já fazia parte da realidade de goianos, por esse motivo o gráfico resultado da pesquisa de consumo realidade mostrará que não houve tantas mudanças com relação ao local de compra de alimentos. Historicamente, os goianos já foram acostumados a consumir estando “distantes” dos produtores.

Figura 1 - Evolução do financiamento, investimentos e comercialização da agricultura em Goiás, de 2000 a 2017, valores em R\$ (reais)



Fonte: IMB (2019)

Na figura 1, nota-se um aumento bastante representativo de quase todos os índices apresentados: financiamento à agricultura, investimentos e comercialização – além do valor total desse e de outros investimentos. Os R\$ 531.225.721 em valores de financiamento a agricultura no ano 2000, saltaram para R\$ 5.449.146.607,40 em 2017, um aumento percentual de cerca de 925 %. Outro valor que aumentou significativamente foram os investimentos, que passaram de R\$ 92.397.942 em 2000 para R\$ 1.366.784.165,73 em 2017, outro aumento percentual fora do comum, dessa vez cerca de 1.379 %.

Analisando-se esse investimento e considerando o patamar de tecnologia disponível no campo goiano atualmente, percebe-se que caso as políticas públicas e questões de ordem política tivessem foco a ampliação da segurança e soberania alimentar do povo goiano, observaríamos uma maior diversificação de alimentos voltados para o consumo interno. Dessa forma, certamente ao longo da série histórica analisada (2000 a 2017), o estado de Goiás poderia ter se tornando menos dependente de outros estados em termos de distribuição de alimentos. Sabe-se, portanto, que é necessário analisar muitas questões para fazer conclusões mais contundentes, como a logística, os conflitos de interesse no campo e na cidade, as lógicas de financiamento junto a questões políticas na atualidade, e ainda o poder e o local de consumo de alimentos da dieta por goianos de diferentes classes sociais.

Como esse tópico almejamos a comparação dos investimentos, com a comercialização para medir o grau de dependência a lançar questões acerca da construção da cultura alimentar goiana, apresenta-se na sequência com a tabela 1, a quantidade (em toneladas) da comercialização de alimentos em Goiás, em uma série histórica de 2000 a 2018, na CEASA (GO), que é considerada a quarta maior central de abastecimento do Brasil em volume de comercialização.

Tabela 1 – Histórico de comercialização na CEASA (GO) entre 2000 e 2017

ANO	QTD. GERAL (TONELADAS)	QTD. ESTADO	%
2000	608.907,53	390.785,91	64,18
2001	655.626,06	427.598,36	65,22
2002	765.269,11	462.000,00	60,42
2003	751.836,41	454.219,63	60,4
2004	774.908,75	385.285,30	49,72
2005	756.345,07	408.766,60	54,04
2006	771.002,63	414.088,03	53,71
2007	762.483,08	398.193,56	52,22
2008	750.485,52	396.613,67	52,85
2009	763.123,09	428.488,61	56,15
2010	783.324,52	435.917,57	55,65
2011	843.077,63	416.156,67	49,36
2012	864.567,59	410.590,65	47,49
2013	873.310,15	392.529,98	44,95
2014	913.814,99	426.316,71	46,65
2015	931.676,71	451.796,68	48,49
2016	939.034,05	482.709,76	51,4
2017	943.171,55	479.782,23	50,86

Fonte: Análise Conjuntural – Boletim CEASA (2017)

Na série histórica apresentada, a quantidade em toneladas de alimentos comercializados pela CEASA (GO) era de 608.907,53 em 2000 e passou para 943.171,55. Durante esse período, nota-se que Goiás comercializava 64,18% do que era produzido no próprio estado, apresentando, portanto, um grau de dependência de 35,82 de produtos alimentícios vindos de outros estados ou regiões brasileiras. Em 2017, esse percentual passou para 50,86%, diminuído, portanto, a participação de Goiás e o consequente aumento da dependência de outras regiões, que aumentou para 49,14%.

Como observado na comparação da figura 1 com a tabela 1, o aumento de investimentos financeiros da agricultura goiana, não tem contribuído para que o estado se torne menos dependente da produção de outros estados. Isso pode significar ainda um certo afastamento em termos de soberania e segurança alimentar e nutricional. Entende-se soberania alimentar algo próximo a proposta de Thomaz Júnior (2007), que considera a produção, a distribuição e o consumo de alimentos “com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, que sejam protegidos dos acordos comerciais, respeitados os aspectos culturais ou os hábitos alimentares dos povos, e abastecimento dos mercados locais de acordo com a demanda”.

Com esses dados iniciais, pretendemos refletir e afirmar que o estado de Goiás, assim como muitos outros lugares do Brasil, parece se afastar de uma soberania alimentar, não apenas porque os investimentos públicos e privados têm transformado a alimentação da população cada vez mais próxima a uma questão mercadológica do que uma questão de saúde e cultura alimentar dos povos. Pois os investimentos feitos, atendem a interesses diversos, nem sempre em diálogo com as comunidades próximas aos locais de produção.

Isso é problemático em muitos níveis, do ponto de vista nutricional, pois mesmo com tantos incrementos tecnológicos e expansão em investimentos financeiros na agricultura – principalmente produtores com interesses em exportação, parte da população ainda passa fome e possui carência nutricional. Segundos dados do DATASUS (2018), a lista de morbidade registrou 398.234 atendimentos a pessoas desnutridas (junto ao quadro de doenças endócrinas nutricionais e metabólicas).

HÁBITOS ALIMENTARES DURANTE A PANDEMIA: UM MUNDO NÃO TÃO NOVO ASSIM

Durante a pandemia do COVID-19 o uso de máscaras, testagem em massa e, principalmente o isolamento domiciliar foram medidas apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a disseminação do vírus e, conseqüentemente evitar o colapso dos sistemas de saúde públicos e privados. Junto com essas instruções, surgiram também algumas afirmações e discursos dizendo que “estamos todos no mesmo barco”, pois todos precisariam fazer as mesmas coisas para evitar a disseminação do novo corona vírus. Partindo desse discurso repetido constantemente em diversos veículos e em falas do cotidiano, pretendemos trazer a contribuição do comportamento dos hábitos alimentares na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) como um indício de que as pessoas enfrentam esse vírus de forma bastante particular e diferente.

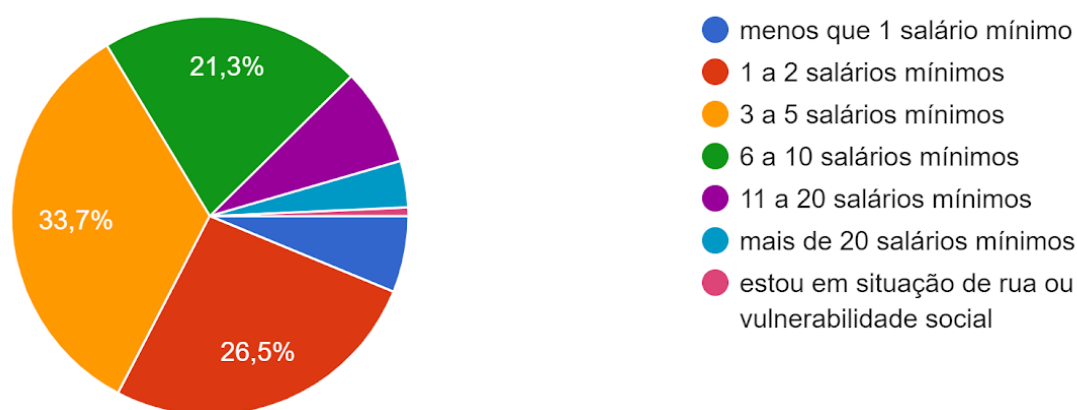
O que traremos nesse último tópico aproxima de algumas evidências já estudadas por sociólogos, geógrafos e pesquisadores da saúde, mostrando que as diferenças de enfrentamento do novo corona vírus vai muito além do que é entendido como “grupo e risco”. Apenas para exemplificar como isso já foi estudado e apresentado em outras óticas por outros estudos, o Observatório Covid-19 e a Prefeitura

de São Paulo, que analisaram as mortes por COVID registradas até 17 de abril, revelou que pretos moradores da cidade de São Paulo têm uma chance 62% maior de morrer por Covid-19 do que os brancos. Os pardos têm 23% mais risco.

Soma-se a esse dado, que auxilia na constatação de que as pessoas enfrentam de forma diferente esse vírus comum, foi apresentado por Castilho (2020), que lembrou que as duas primeiras mortes registradas no Brasil, sendo elas um porteiro de condomínio de luxo e de uma empregada doméstica, demonstram que a proliferação do vírus também traduz um conflito de classe. Ao lembrar esses dois casos o Castilho (2020) dialoga com Santos (1979), trazendo o panorama do circuito inferior da economia, onde milhares de trabalhadores estarão impedidos, em boa medida, de exercer a quarentena.

Diante do exposto, iremos acrescentar os dados que demonstram os hábitos alimentares nos 21 municípios da região metropolitana, a partir de um questionário durante o mês de maio de 2020, por meio digital, com 290 respostas contemplando todos os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Inicialmente apresenta-se o fator renda.

Figura 2 – Renda média líquida familiar declarada no questionário da RMG (2020)



Fonte: Questionário virtual aplicado em maio de 2020, durante a pandemia do COVID 19

Conforme apresentado na Figura 2, o objetivo dessa questão específica do questionário elaborado e aplicado nos 21 municípios da Região Metropolitana de Goiânia foi abranger diferentes classes sociais, para o público que não acessa a internet

ou tem dados limitados, foram feitas parcerias com assistentes sociais de alguns municípios da Região Metropolitana, que aplicaram o questionário para os que buscaram auxílio durante o período da pesquisa.

O grupo mais representativo foi o que declarou 3 a 5 salários mínimos como renda familiar líquida (a instrução do questionário dizia para somar todos os integrantes que trabalhavam formal ou informalmente naquele momento). Outra questão do questionário era: “Considerando toda a pandemia até o dia de hoje, como você classificaria seus hábitos alimentares?” O objetivo da segunda pergunta era correlacionar o fator “renda” apresentado na Figura 2 com os hábitos alimentares que iremos apresentar agora.

O estudo não tem como objetivo estudar a classe social em si, mas sim demonstrar como o tanto de dinheiro disponível para alimentos e a situação de isolamento sempre influenciou a qualidade e o acesso aos alimentos (antes e também durante a pandemia), demonstrando que não estamos todos no “mesmo barco”, mas sim em barcos diferentes, com realidades sociais diferentes. A resposta “tenho consumido mais produtos industrializados, gordurosos, ultraprocessados, açúcares, etc” apareceu em todas as faixas de renda.

O grupo de renda familiar com menos do que 1 salário mínimo, 1 a 2 salários mínimos ou pessoas em situação de vulnerabilidade, responderam a questão sobre hábitos alimentares, principalmente com as seguintes respostas: “minha dieta e hábitos dependem dos alimentos que consigo comprar com auxílios financeiros ou que recebo em forma de doações” ou ainda “minha alimentação é a mesma antes e durante a pandemia”.

As duas classes “3 a 5 salários mínimos” e “6 a 10 salários mínimos” como média familiar, responderam principalmente as seguintes questões com relação aos hábitos alimentares durante a pandemia: “minha alimentação é a mesma antes e durante a pandemia”, sendo essa 37,5% das respostas recebidas, ou seja, a categoria mais expressiva. Outra resposta dada por esse mesmo grupo de renda foi: “mudei alguns hábitos no início da pandemia, por medo de faltar alimentos, mas depois voltei a normalidade e voltei a consumir o que já consumia”, 7,9% das respostas recebidas.

Por fim as pessoas que declararam renda de 11 a 20 salários mínimos ou mais do que 20 salários mínimos, marcaram uma resposta que também apareceu em outros

grupos de outras faixas de renda: “minha alimentação é a mesma antes e durante a pandemia” e, outro que chamou bastante atenção: “está mais equilibrada, tenho utilizado o tempo disponível para cozinhar e buscar opções mais saudáveis”.

No próximo tópico, faremos algumas considerações sobre os dados levantados em dados secundários nas seções anteriores, que tratou de modernização e investimentos com as 290 respostas recebidas no questionário on-line aplicado no mês de maio de 2020, buscando destacar algumas considerações e conclusões possíveis com relação ao enfrentamento da pandemia e as questões alimentares, sobretudo com relação aos hábitos, levando em consideração diferentes classes sociais, faixas de renda e perspectivas de enfrentamento da pandemia do COVID-19, buscando uma possibilidade de resposta para a pergunta: Com ou sem pandemia, estamos realmente no mesmo barco?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise de dados secundários, a bibliografia e diálogos teóricos selecionados, bem como as respostas recebidas no questionário virtual com auxílio de assistentes sociais para contemplar quem buscou auxílio de secretarias municipais durante a pandemia do COVID-19 confirmam algumas suspeitas e auxiliam na compreensão do caminho que percorremos durante a construção do artigo em questão.

Isso nos permite afirmar que a pandemia não trouxe, exatamente, um “novo cenário” para a vida das pessoas no que se referem aos hábitos alimentares: realmente algumas mudanças aconteceram, isso é inegável, sobretudo por impostas pela realidade social diante da expansão das contaminações pelo novo corona vírus. Pessoas passaram a fazer mais compras pela internet, grupos de voluntários surgiram para cozinhar e distribuir alimentos, mas também muitas pessoas perderam seus empregos e se tornaram vulneráveis, com menos recursos financeiros disponíveis para tudo, inclusive para acessar alimentos.

Mas, nota-se que essas mudanças apenas reforçaram as desigualdades já latentes no Brasil e na Região Metropolitana de Goiânia, portanto, nem antes e nem agora estamos no “mesmo barco”. Buscamos comprovar isso com a análise dos hábitos alimentares apresentados, a partir da realidade de pessoas localizadas em diferentes

faixas de renda, que, inclusive sinalizaram no questionário que não mudaram abruptamente seus hábitos alimentares por conta da pandemia: ou seja os privilégios de renda e as mazelas de algumas classes sociais, ficaram apenas mais contornadas e explícitas. Enquanto algumas pessoas se viram na necessidade de se expor ao risco de contaminação, outras possuíam renda para se isolar, fazer estoques de alimentos ou até fazer escolhas (infelizmente, algumas dessas escolhas e posições era justamente convocar os mais vulneráveis ao “trabalho”).

Cabe destacar que além de contrariar decretos estaduais e municipais, esse tipo de postura dificulta um planejamento de ações de enfrentamento a expansão da pandemia. Enfraquece também o objetivo central da aprovação (depois de algumas disputas) de um valor mínimo para que pessoas em situação de vulnerabilidade tivessem recursos financeiros mínimos para se resguardar da doença em suas casas. Porém, outras discursos, ações e políticas geraram conflitos entre decretos municipais, estaduais e políticas públicas ou discursos federais, enquanto esses conflitos aconteciam, observamos o Brasil caminhar rapidamente e se tornar o segundo país em número de mortes e pessoas contaminadas (até 21 de junho de 2020, o Brasil possuía 1.071.085 casos confirmados e 50.090 de mortes, com 543.186 notificações de recuperação) com dados oficiais do Ministério da Saúde junto à Secretarias Estaduais e Municipais, 2020.

No questionário existia uma questão em aberto para captar alguma subjetividade ou pontos que as questões não contemplavam, uma pessoa relatou o seguinte: “Eu percebi que durante a pandemia, devido ao aumento de preço de alguns alimentos, tenho consumido menos carne, e mais vegetais, grãos e frutas”. Isso significa que, quando precisamos importar alimentos, de outras regiões do país ou até mesmo de outros países, o preço tende a ficar mais caro para o consumidor, como no caso relatado. Cabe destacar ainda que o Brasil é um dos maiores produtores de carne do mundo, com o conhecido ramo do “agronegócio”, isso não significou, portanto, um preço menor para os consumidores locais durante a pandemia, pois a produção nem sempre visa o comércio local. Nota-se ainda que, em tempos de pandemia, tora-se muito mais difícil esse processo de importação de alimentos, por questões de saúde dos transportadores e também de logística com menos pessoas em atividade. Por isso a necessidade de buscar investimentos financeiros que auxiliem na soberania alimentar.

Em síntese, pessoas com menos renda relataram que, passaram a depender do auxílio emergencial do corona vírus ou até mesmo de doações para comprar alimentos, enquanto que pessoas com maior poder aquisitivo, foram, também, quem conseguiu adaptar suas atividades profissionais e trabalhos para serem feitos de casa em “*home office*”. Com mais tempo livre e em casa, as pessoas que responderam ao questionário informaram ter buscado uma dieta mais equilibrada e ainda que utilizam o maior tempo disponível para cozinhar e buscar opções mais saudáveis. Os alimentos ultra processados aparecem na dieta de todos os grupos sociais e faixas de renda abarcados pela pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. A. et al. Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos Pandêmicos. **Vigil Sanit Debate**. 2020, <https://doi.org/10.22239/2317-269x.01609>

BERNARDES, Julia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. GEOGRAFIA E COVID-19: NEOLIBERALISMO, VULNERABILIDADES E LUTA PELA VIDA. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 16, n. 1, maio 2020. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50645/33481>>. Acesso em: 27 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50645>.

CASTILHO, Denis. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade, **Espaço e Economia** [Online], 17 | 2020, posto online no dia 06 abril 2020, consultado o 27 maio 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10332> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10332>

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2017.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132010000300004&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: ago, 2019.

CENTRAIS, DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS CEASA/GO. Goiás: Análise Conjuntural 2008-2017. Disponível em: <http://www.ceasa.go.gov.br/indicadores/estatisticas.html>. Acesso em out. 2019

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). Perfil dos Inscritos no CadÚnico em Goiás - Agosto/2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Y35lsn>. Acesso em 20 de junho de 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB. *Goiás em Dados - 2017*. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/goias-em-dados/godados2017.pdf>. Acesso em fevereiro de 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal, Record, São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. In: **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales** [en línea], 2007, Vol. 11. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/74072/88795>. Acesso em: ago, 2019.